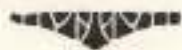


LIBERTÁRIO S. VIEGAS

# ALGARVE

1908 - 1927



FARO - 1989



Casa da Cultura António Bentes  
S. Brás de Alportel

**Biblioteca**

Inv. N.º 2254

Cota N.º 2-4  
1018

# ALGARVE

## 1908-1927

Por *LIBERTÁRIO S. VIEGAS* \*

## **INTRODUÇÃO.**

---

Ocorreu em 1988 a comemoração, que foi justamente festejada, dos oitenta anos de vida de «O Algarve», comemoração a que os «Anais do Município de Faro» não podiam deixar de associar-se.

É por isso que, invocando a memória dos fundadores — Artur Águedo, Luís Mascarenhas e Ferreira da Silva, aqui deixamos, como singela homenagem, «O Algarve — 1908/1927», conjunto de artigos inseridos no decano da imprensa algarvia entre 26 de Maio e 24 de Novembro de 1982.

Na elaboração do trabalho foi privilegiada a colecção do próprio Jornal que, a nosso ver, constitui uma óptima fonte para quantos se interessam pelo estudo da história regional.

## 1.

---

Procurando contribuir com uns modestos subsídios para quem queira e saiba fazer a *história política regional*, começamos hoje a pesquisa sistemática de quanto a propósito se escreveu em «O Algarve», em cujo primeiro número (29.3.1908), se dava conta de que tinham sido designados os presidentes das assembleias eleitorais que iriam actuar na eleição geral de deputados a realizar no *dia 5 de Abril*.

Tais eleições, ainda que não tenham determinado ganhos muito significativos para os republicanos, contribuíram para que os efectivos parlamentares ficassem partidariamente muito dispersos (1).

Estava próximo o fim da Monarquia, minada por questiúnculas pessoais e políticas que iriam mostrar-se insanáveis.

As assembleias eleitorais algarvias estavam assim distribuídas: Albufeira, Paderne, Alcoutim, Martinengo, Aljezur, Castro Marim, Faro (Conceição e Sé e S. Pedro), Santa Bárbara, Estoi, S. Brás, Lagoa, Lagos (2 assembleias), Loulé (6 assembleias), Monchique, Olhão (2 assembleias), Moncarapacho, Fuzeta, Silves, Alcantarilha, Algoz, Messines (2 assembleias), Tavira (4 assembleias), Vila do Bispo, Portimão (2 assembleias) e Vila Real de Santo António.

Entretanto a campanha eleitoral estava em marcha, havendo a lamentar sérios tumultos em Alcantarilha, e cremos que terá sido muito difícil, na medida em que, a certa altura, se noticiava que, por virtude de se terem levantado dificuldades insuperáveis, o Governador Civil de Faro fora a Lisboa pedir a exoneração do cargo.

O chefe do distrito tivera antes uma reunião com os mentores políticos da zona, designadamente dr. Mateus Teixeira de Azevedo, conselheiro Frederico Ramires, José Pacheco e José Guerreiro (ambos de Loulé) e comendador Ferreira Neto.

Em relação àquela reunião afirmava-se que os louletanos tinham oferecido uma «chapelada» de 5 000 votos e manifestado que as «raivinhas» de Ferreira Neto e Frederico Ramires poderiam vir a ser prejudiciais à eleição do filho do dr. Teixeira de Azevedo, Juiz da Relação de Lisboa e chefe dos regeneradores tavirenses.

Também os dissidentes louletanos, chefiados por José da Costa Mealha, estavam activos, quer contactando com o conselheiro José de Alpoim, em Lisboa, quer reunindo-se, em Faro, com o Governador Civil.

Por seu turno, os republicanos, que afirmavam ter repelido uma proposta dos dirigentes governamentais de Loulé para «se intenderem na votação eleitoral», promoviam comícios naquela vila e em Faro para apresentação do seu candiacto — dr. Fernandes Costa, professor do Liceu de Coimbra — que ao chegar de comboio à capital algarvia tivera entusiástica recepção por parte dos seus correlegionários e amigos pessoais, muitos dos quais, membros das comissões republicanas, se haviam concentrado em Faro para participar no comício que aqui se ia realizar.

O jornal era muito cáustico ao tratar das eleições, afirmando no próprio dia em que elas tiveram lugar:

— «Estamcs no dia da grande comédia social!

Vai proceder-se à eleição geral de deputados, que já estão escolhidos, não pelos eleitores, como procuradores autênticos de sua livre vontade e seus legítimos representantes, mas indicados pelas secretarias do ministério do reino, para quem o acto eleitoral assumiu uma nova forma de chancelar nomeações».

## 2.

---

A propaganda republicana foi intensa durante a campanha eleitoral de 1908, em contraste com a indiferença dos monárquicos, o que levava a afirmar que os homens do regime se não mostravam preocupados porque tinham a certeza de poder neutralizar com as suas chapeladas os esforços dos adversários.

O candidato republicano teve sempre muito público a assistir aos seus comícios mas esse facto era pouco significativo, já que as pessoas presentes o que desejavam era «ouvir, por curiosidade, o apresentado, sem que tenham o firme propósito de lhe darem votos».

Também constituiria certamente motivo de interesse a presença de António José de Almeida, que veio à nossa província apoiar a campanha dos seus correlegionários, tendo participado em reuniões públicas diversas, nomeadamente em Faro, onde despertou muito entusiasmo a forma apaixonada e ardente como defendeu as suas convicções o que lhe mereceu a designação de «bemaventurado da palavra».

As eleições realizaram-se, conforme o que estava previsto, no que cabia o temor pela eventualidade de ocorrerem tumultos, receio que levou a distribuir todos os militares aquartelados em Tavira, Faro e Lagos pelos diferentes concelhos algarvios.

Aliás, e mesmo que nos desviemos um pouco do ardor polémico como estas questões eleitorais foram noticiadas, nem tudo terá corrido bem.

Efectivamente encontramos muitas referências a anomalias, respirando, a título de exemplo, do número de 19 de Abril de 1908:

«Não apareceram as actas da assembleia de Santa Bárbara de Nexe, onde parece que não houve eleição e se alguma houve, foi a feita pela minoria republicana que se assenhoreou da mesa por abandono dos eleitores monarchicos»... «A assembleia de Estoy vem também com uma nota alegre do pouco escrúpulo que ali houve: uma aldeia tem o acto eleitoral mais concorrido que qualquer freguesia da sede do concelho e a descarga trouxe ressurreições de mortos, o que causou surpresa por se não descobrir como se pode operar tal fenómeno», ...«Na assembleia de S. Braz d'Alportel é insignificante a votação da minoria republicana, queixando-se de que lhes impediram as votações dos seus correlegionários...».

Com protestos e contra-protestos, com falta de actas e com ausência de muitos dos representantes das mesas, lá se fez o apuramento geral de

votos: Ferreira Netto... 10 789 votos; Frederico Ramires... 9 744; Teixeira d'Azevedo... 9 769; Sinel de Cordes... 9 713; Ramalho Ortigão... 5 516; Fernandes Costa... 2 903; Manuel Soares... 502; Visconde de Messines... 463; Cândido Guerreiro... 182.

O visconde de Messines era filho do poeta João de Deus e fora apresentado pelo Centro Nacionalista, como candidato por Faro, enquanto o último — Cândido Guerreiro — que ficou muito mais conhecido como grande poeta algarvio do que como político, era apresentado apenas como «advogado em Loulé».

Dos restantes apurámos que Ferreira Netto e Frederico Ramires, considerados os governadores civis de facto, eram os chefes locais dos regeneradores e dos progressistas, respectivamente, que Teixeira d'Azevedo era o filho do chefe dos regeneradores tavirenses, enquanto Sinel de Cordes e Ramalho Ortigão eram militares e Fernandes Costa, candidato republicano, era professor do liceu de Coimbra.

Ramalho Ortigão, que naquela época era adjunto do chefe do departamento marítimo do Sul, apresentou-se como candidato independente, embora viesse a sofrer pressões post-eleições para aderir a vários grupos. O primeiro ministro, Ferreira do Amaral, queria-o na sua área de influência, por questões de afinidade militar, Teixeira de Sousa reclamava-o para o seu grupo, já que, afirmava, tinham sido os regeneradores a tutelar a sua candidatura, outro tanto pretendendo José de Alpoim, chefe dos dissidentes progressistas, que invocava ter apadrinhado fortemente a inclusão do nome do candidato durante o cozinhado eleitoral. Enfim, coisas do passado, que, felizmente, já hoje não acontecem...

A mostrar que havia irregularidades está o facto do Tribunal de Verificação de Poderes só ter validado a eleição de Faro em 13 de Maio, muito depois de o ter feito com a maioria dos outros círculos eleitorais.

### 3.

---

No período a que estamos a referir-nos (1908-1910) Portugal conheceu seis Governos, um dos quais — presidido pelo conselheiro Sebastião Teles — quase nem chegou a ter tempo para os cumprimentos protocolares.

Por ordem, esses governos foram os de:

Ferreira do Amaral (4.2.1908/25.12.1908);

Campos Henriques (25.12.1908/11.4.1909);

Sebastião Teles (11.4.1909/14.5.1909);

Wenceslau de Lima (14.5.1909/22.12.1909);

Veiga Beirão (22.12.1909/26.6.1910);

Teixeira de Scusa (26.6.1910/5.10.1910).

Quando «O Algarve» começou a editar-se estava em funções o Governo de Ferreira do Amaral, que ao cair daria passagem a um outro, também patrocinado por José Luciano de Castro — o «eterno árbitro da política

portuguesa» — que «reconduz quatro dos ministros da passada situação e faz nomear para as restantes pastas familiares seus».

Do elenco de Campos Henriques já faziam parte os dois futuros chefes de Governo — Sebastião Teles e Wenceslau de Lima — o primeiro dos quais, que era então Ministro da Guerra, foi o homem que deu luz verde para a implantação de uma carreira de tiro em Faro, infra-estrutura militar que vinha sendo há muito reclamada e que ficou instalada na zona onde agora se levantam o Hospital Distrital e uns blocos residenciais que, em princípio, se destinavam a alojamento dos muitos médicos e para-médicos que tiveram de radicar-se nesta cidade.

Foi a atribuição daquela instalação militar que ditou o reconhecimento da capital algarvia ao torná-lo patrono de uma das ruas do Bairro da Estação.

Aquela dança de ministérios, que não podia deixar de influenciar a vida do Algarve, mostra-nos como era débil o estado em que se encontrava o regime monárquico, que viria finalmente a sossobrar em 5 de Outubro de 1910, no termo de uma longa agonia.

Os reflexos locais da instabilidade foram particularmente importantes nos sectores económicos, onde se registaram greves e confrontações violentas.

Apesar disso, nas eleições de 1910 o Algarve votou com os governamentais, em cuja área se revezavam regeneradores e progressistas, que muitas vezes se coligavam para exercer o Poder.

Aquele acto eleitoral, o último da Monarquia, foi o décimo sexto levado a cabo de 1885 e 1910, lapso de tempo durante o qual, em situação normal apenas deveriam ter-se realizado oito, já que as legislaturas eram teoricamente de 3 anos, cada.

Socorrendo-nos de escritos de Joel Serrão e de A. H. Oliveira Marques podemos fazer um ligeiro esboço do que era então o Algarve, uma província que contava com uma população de cerca de 270 000 habitantes, mais de 76% dos quais distribuídos pela zona rural. Os principais centros urbanos — Faro, Tavira e Olhão — contavam, em 1911, com 12 680, 11 665 e 10 499 habitantes, respectivamente.

#### 4.

---

No verão de 1910 preparavam-se eleições legislativas, pois o governo progressista de Veiga Beirão caíra em 26 de Junho para dar lugar a um gabinete regenerador presidido por Teixeira de Sousa, a quem D. Manuel concedera a dissolução das Câmaras.

Os progressistas, e sobretudo o seu chefe — o conselheiro José Luciano, não tinham conseguido resistir ao escândalo do Crédito Predial, operação que foi largamente noticiada.

A nível local, à mudança de Governo correspondeu mudança de

Governador Civil, sendo nomeado para o cargo Teixeira de Azevedo, deputado regenerador, que substituiu Lopes dos Reis, personalidade em relação à qual «O Algarve» sempre manifestara forte antipatia política.

Do Dr. Teixeira de Azevedo, que foi empossado em 1 de Julho, dizia o jornal que era «uma das mais acentuadas personalidades do partido regenerador».

Na cena política portuguesa os grupos parlamentares eram muito oscilantes nesta fase final da Monarquia. Assim, a um parlamento eleito em 1906 com 70 deputados franquistas, 43 progressistas, 30 regeneradores e 4 republicanos, sucedeu outro em 1908 com 63 regeneradores, 59 progressistas, 15 independentes, 7 dissidentes, 7 republicanos, 3 franquistas e 1 nacionalista (2), a demonstrar bem como eram frequentes as divisões entre os políticos do antigo regime, muitos dos quais lutavam pela manutenção de uma governação forte enquanto outros optavam claramente por uma via reformista.

Para as eleições de 1910, que viriam a ter lugar em 28 de Agosto, candidatavam-se os governamentais (regeneradores), o bloco monárquico de oposição e os republicanos, integrando-se no chamado bloco progressistas, regeneradores henriquistas e franquistas. Os homens do bloco, pelo menos ao nível do Algarve, tiveram atitudes reprováveis uns para com os outros na medida em que os caciques locais ordenaram aos seus correle-gionários que cortassem da lista os nomes dos candidatos que, ainda que integrando o mesmo elenco, eram oriundos de outros partidos.

Os resultados foram favoráveis aos bloquistas, que somaram 34 660 votos, seguidos dos regeneradores, com 33 422, e dos republicanos, com 11 611. Como, porém, iam para o Parlamento os seis mais votados — a escolha acabou por recair em Ortigão Peres, Regenerador, 7 345 votos, Manuel Soares e Frederico Ramires, do Bloco 7 049 e 6 983 votos, respectivamente, e José Roquette, Francisco de Bivar e Agostinho Lúcio, todos Regeneradores, com 6 953 votos, cada, os dois primeiros, e 6 942 o último.

O partido republicano que não elegeu nenhum deputado pelo Algarve, merecia rasgados elogios da imprensa local, onde em 4 de Setembro se afirmava — «... deu lição aos seus concorrentes. Não só defendeu, onde esteve, a urna das falsidades e prevaricações, como manteve firme a sua intransigência a conluios e chapeladas».

As chapeladas, em que eram exímios os políticos monárquicos, foram logo denunciadas. Noticiava-se, por exemplo, que em Monchique os bloquistas, que, por acordo com os governamentais, constituíam a mesa da assembleia, conseguiram fazer entrar na urna 1 044 listas quando não tinham votado mais de 500 eleitores.

Pelos resultados parciais então publicados podemos constatar que os representantes do Bloco triunfaram sobre os governamentais em Faro, Albufeira, Lagoa, Monchique, Olhão, Silves e Vila do Bispo, enquanto que os Republicanos, embora não ganhando em nenhum concelho, bateram os Regeneradores em Olhão e os Bloquistas em Portimão, averbando ainda boas marcas em Faro, Lagos, Olhão, Silves e Tavira.

Os deputados eleitos não chegariam a tomar assento no Parlamento pois que o monarca, face a muitas irregularidades verificadas e que entravavam o bom andamento do Tribunal de Verificação de Poderes, decidiu adiar a abertura solene das Cortes, em princípio, marcada para 23 de Setembro.

Enquanto se ultimavam os trabalhos do aludido Tribunal eleitoral o antigo regime era definitivamente apeado pela Revolução de 5 de Outubro e assim adeus deputados bloquistas e regeneradores.

Ao fim e ao cabo, os únicos candidatos a aproveitar alguma coisa com as pugnas eleitorais do fim da Monarquia foram os republicanos, os tais que tinham mantido firme «a sua intransigência a conluios e chapeladas», pois um deles — Zacarias José Guerreiro — seria o novo Governador Civil.

Zacarias Guerreiro, que tinha obtido 2 275 votos nas eleições de 28 de Agosto, era uma pessoa geralmente estimada pelos seus concidadãos, já que, como salientava «O Algarve», em 9 de Outubro de 1910, foi muito cumprimentado por todos «os elementos interessados de diversas maneiras na política portuguesa» e não só pelos seus correlegionários. Um dos primeiros actos do novo Governador Civil foi a escolha do administrador do concelho de Faro, que recaiu no poeta sambrasense Bernardo Passos, personalidade que também era rotulada de «... espírito ilustrado e conciliador muito próprio para o desempenho de tal cargo».

Empossado pelo Conde do Cabo de Santa Maria, que vinha desempenhando as funções de Presidente da Câmara de Faro, Bernardo Passos seria, por seu turno, empossante da nova edilidade farensense, pouco tempo depois nomeada por Zacarias Guerreiro.

Curiosa esta nova vereação, pois dela faziam parte uma série de personalidades que já tinham pertencido a vereações do tempo da Monarquia, inclusive o dr. José Emygdio da Conceição Flores, que fora presidente da edilidade em 1902-1903 e que voltou a ser eleito para o mesmo cargo na primeira reunião, em 19 de Outubro, da primeira edilidade republicana.

Esta aparente mudança de campo político das pessoas mais destacadas da época parece ter sido uma coisa natural. Tão natural que o próprio «Semanário Independente» que «O Algarve» fora até então passou a «Semanário Republicana» (9.10.1910).

Muitos outros políticos, porém, deixaram a política activa ao terem-se dissolvido, em Lisboa, os seus respectivos partidos, nomeadamente o regenerador, de Teixeira de Sousa, regenerador-Liberal, de Vasconcelos Porto, e progressista, de Luciano de Castro, embora muitos outros prontamente manifestassem a sua adesão à República. Estavam neste último caso, por exemplo recolhido no jornal de 23 de Outubro de 1910, o comendador Ferreira Neto, Manuel Martins Caiado, Francisco de Paula Mendonça e o dr. Alexandre Pereira d'Assis. Destes, o principal dos políticos era o comendador Ferreira Neto, activo autarca e dinamizador partidário, já por nós várias vezes referido. Este homem público, que nas eleições de 28 de Agosto, a que concorrera integrado na lista do Bloco, alcançara 6 830 votos, exerceu a presidência da Câmara de Faro em 1886, 1890-1891, 1892-1901,

para além de ter sido vice-presidente do mesmo município em 1882-1885 e governador civil a partir de 30 de Maio de 1901, motivo pelo que deixou a presidência da edilidade.

Foi por aí um activo virar de casacas, muito notado pelo «O Algarve», que se referiu várias vezes ao assunto e, como já aqui destacámos, até muitas artérias não escaparam à mudança de nome. Assim a Praça D. Carlos I, as Avenidas D. Amélia e Hintze Ribeiro e a Rua José Luciano viram-se, da noite para a manhã, designadas Praça Cândido dos Reis, Avenidas da República e 5 de Outubro e Rua Miguel Bombarda, designações que ainda hoje a grande maioria das citadas artérias conserva.

Como nota que consideramos digna de leitura atenta destacamos a que se publicava em 16 de Outubro, numa transcrição de «O Dia». Naquele artigo, sob o título «A partida da Família Real», dá-se conta da maneira como em Portugal o trono se afundou enquanto duas mulheres — D. Maria Pia e D. Amélia — calmas e indiferentes tomam um iate ao lado de um rei que, chorando, exclama num adeus — «Desgraçado do que nasceu n'esta terra».

## 6.

---

No Algarve a implantação da República deu-se sem sobressaltos, podendo mesmo dizer-se, como em 9 de Outubro de 1910, sobre o acontecimento, portanto, foi dito, que «A velha monarchia portuguesa não viu que se separava da nação, a que presidia, negando-lhe a conformidade com as aspirações de progresso...»

Vítima da «ignóbil porcaria», como então se chamava à política do período da acalmção, a monarquia caiu, entre outras razões, por ter soberbeiramente ignorado a opinião liberal e deve ter sido muito cruel para um regime secular de enormes tradições a constatação de como por toda a parte a população acolhia a nova situação política.

Entre as manifestações de júbilo então realizadas, uma teve lugar em Faro, no dia 7 de Outubro, sendo a cidade percorrida por muitos populares e por uma filarmónica que executava a «Portugueza».

Na mesma local se dava conta de que os efectivos da Marinha (não se referem os do Exército) se haviam colocado ao serviço da República, sendo daquele sector militar a guarda que no Governo Civil de Faro fazia então as honras à nova Bandeira Nacional.

Manifestação igualmente importante foi a levada a cabo pela juventude de Estoi, acto em que se terão incorporado mais de uma centena de pessoas que percorreram a aldeia cantando o Hino Nacional e dando vivas à República e aos Heróis da Revolução.

Ao mesmo tempo que Faro homenageava o tenente de Marinha João Fiel Stockel, que em Lisboa participara activamente no movimento

revolucionário, a administração municipal de Vila Real de Santo António passava a uma comissão republicana.

Enquanto isso, o governo espanhol enviava para o Guadiana uma canhoneira da sua marinha de guerra a fim de proteger os cidadãos espanhóis residentes na vila pombalina.

A nível regional já se iam sentindo reflexos das desinteligências que nas cúpulas se avolumavam entre Afonso Costa e Bernardino Machado, por um lado, e António José de Almeida e Brito Camacho, por outro, enquanto se noticiavam as medidas adoptadas pelos dois últimos — estabelecimento de uma lei eleitoral e tentativa de ultrapassar um movimento que opunha pescadores e armadores algarvios.

O conflito laboral, resultante do facto dos pescadores das armações de sardinha não aceitarem as condições de matrícula que os armadores propunham, afectou principalmente os portos de Lagos, Portimão, Albufeira e Olhão e motivou que a canhoneira Limpopo viesse temporariamente reforçar a esquadilha do Algarve.

Foram tais as proporções assumidas pelo diferendo que Brito Camacho, Ministro do Fomento, se deslocou expressamente a Faro para conferenciar com o maior dos armadores — o industrial Júdice Fialho.

Alguns dos elementos da comitiva ministerial aproveitaram a estada na capital algarvia para promoverem um comício de esclarecimento em Santa Bárbara de Nexe.

Andavam já no ar os grandes temas desta época da República, sucedendo-se, por isso, as referências jornalísticas a tal respeito.

A título de exemplo diremos que em 16 de Outubro de 1910 já se informava que por terem retirado as irmãs dirigentes do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, em Faro, a autoridade judicial procedera ao arrolamento de todos os objectos que ali encontrara.

A Igreja que, refeita das leis de confisco de 1820-34, se apresentava como uma das potências mais poderosas do País, foi objecto de intensa ofensiva por parte do Partido Republicano, que conduziu uma perseguição particularmente humilhante, chegando a tratar alguns membros do clero como criminosos.

Esquecendo toda a obra educacional e assistencial da Igreja, em poucos meses a República encerrou todos os estabelecimentos religiosos e provocou o abandono de grande número de frades e freiras, medidas que também afectaram o Algarve, onde estavam presentes três congregações — as de S. Francisco, S. Domingos e das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria.

Aqui, como na maior parte do País, as medidas repressivas da República contra a Igreja desagradaram a grande parte da população, ainda que um tal repúdio tenha sido muito mais intenso em terras do Norte (2).

Reunidos no Natal de 1910, os Bispos tinham acordado numa pastoral colectiva em que manifestavam todo o seu protesto contra as medidas repressivas do Governo Provisório.

A pastoral foi publicada em Fevereiro de 1911 e logo que dela teve conhecimento Afonso Costa, ao tempo Ministro da Justiça, proibiu os párocos de fazerem a leitura pública do documento da hierarquia, decisão que foi largamente desrespeitada pelos sacerdotes, muitos deles incitados pelos Prelados.

Para «O Algarve» (5.3.1911) o primeiro sacerdote a cair na alçada da lei, por ter desatendido a ordem do Ministro da Justiça, foi o prior de Santa Maria de Tavira que, por tal facto, foi preso.

Enquanto isso, o pároco de Cachopo gabava-se de cumprir escrupulosamente a proibição oficial, atitude que o jornal considerava a mais louvável, chegando mesmo a considerar, referindo-se ao pároco de Santa Maria de Tavira: «... o sr. prior delinquente, tendo sido prevenido a tempo da determinação ministerial, não pode queixar-se de haverem praticado violência na sua prisão.»

A «questão religiosa» voltou a ser notícia em 30 de Abril, informando-se que o cabido da Sé de Faro, clero paroquial e professores do Seminário, reunidos para apreciar a Lei da Separação, haviam dado por unanimidade a sua adesão incondicional a D. António Barbosa Leão.

Por agora preferimos prender-nos com outro assunto bastante importante naquela conjuntura — a Lei Eleitoral e as Eleições de 1911. Como os leitores sabem, a Lei Eleitoral de 1911, para além de ter abolido a base censitária das anteriores, foi pouco inovadora, mantendo o direito de voto apenas a maiores de 21 anos que fossem chefes de família há mais de um ano.

Os círculos eleitorais eram 65 (incluídos os das colónias), cabendo dois ao Algarve — Faro (círculo 46) e Silves (círculo 47).

Entre os candidatos destacavam-se o capitão-tenente Mendes Cabeçadas e o Eng.º António Maria da Silva, duas figuras que tinham sido protagonistas dos acontecimentos da implantação da República, movimento em que o primeiro comandara o cruzador S. Rafael, onde fora pela primeira vez hasteada a bandeira republicana, e em que o segundo participara activamente, como figura importante da Carbonária e da Junta Revolucionária.

A candidatura daqueles dois políticos foi proposta numa reunião pública em que os louletanos tratavam de homenagear o seu conterrâneo Mendes Cabeçadas, tendo a iniciativa cabido ao Dr. Marreiros Neto, advogado em Faro.

A escolha como candidato pelo círculo de Silves, em que Loulé se integrava, e a sua proclamação como louletano adoptivo sensibilizaram bastante o Eng.º António Maria da Silva, que recordaria com saudade o período dessa campanha eleitoral em que, para além do comandante Cabeçadas,

teve por companheiros o major Alberto da Silveira e o Dr. José Maria de Pádua (\*).

Pelo círculo de Faro os candidatos foram os Drs. Estêvão de Vasconcelos e Celorico Gil, o capitão-tenente Stockler e o capitão Tomás Cabreira.

Os candidatos de ambos os círculos foram oficialmente designados numa reunião das comissões distrital e paroquiais de toda a Província, realizada no dia 30 de Abril, no meio de uma série de comícios políticos em Messines, Silves, Portimão, Alcoutim, Faro, Santa Bárbara de Nexe...

Como nota curiosa (curiosa para nós, hoje) respigamos de uma local que um comício realizado no dia 26 de Maio, no Teatro Circo, em Faro, terminou com todo o público de pé a escutar reverentemente a Marselhesa, executada ao piano pelo maestro daquela casa de espetáculos.

## 8.

---

Os deputados pelo Algarve, mesmo antes de tomarem assento na Assembleia, andaram por vários ministérios solicitando melhoramentos, num combate necessário «para que a província tenha dos poderes públicos a consideração que merece por sua cooperação nos rendimentos públicos.»

Os leitores podem ficar tranquilos porque não se trata de nenhuma representação recente de algarvios ao Terreiro do Paço, embora tudo ou quase tudo do que então se pedia se pudesse continuar a pedir hoje.

Não. Aquela representação era constituída pelos nossos deputados às Constituintes de 1911, os quais participaram na memorável sessão de 19 de Junho daquele ano, na qual foram lidos e aprovados por aclamação os decretos que baniam a dinastia de Bragança e aboliam a Monarquia, declarando beneméritos da Pátria todos os que tinham heroicamente combatido o regime deposto. Ao mesmo tempo era aprovada a nova bandeira e estabelecido como hino nacional a «Portuguesa».

Entre aqueles parlamentares, Tomás António da Guarda Cabreira, capitão de engenharia e lente, pedia com muita insistência o estabelecimento de «uma grande estação de turismo na Praia da Rocha, cujo clima é, de inverno, o melhor da Europa».

Efectivamente o deputado tinha razão e a Rocha transformou-se em grande estância de turismo, embora não forçosamente por efeito da acção dos poderes públicos, para quem, já nessa altura, as solicitações dos algarvios eram «música celestial».

Por aquela época andava acesa a discussão à volta do descanso semanal, cujo regulamento local, estabelecido pela comissão administrativa da Câmara de Faro, deu origem ao pedido de demissão de alguns membros, quer do executivo municipal, quer dos corpos gerentes da Associação Comercial e Industrial.

Como parêntesis diremos que uma das primeiras classes a aderir à nova regulamentação foi a farmacêutica, a propósito da qual «O Algarve» (16.4.1911) noticiava que resolvera «fechar todos os domingos a partir da

1 da tarde, por turnos, em virtude do qual em cada domingo ficavam abertas duas das oito farmácias então existentes — Moreno Alves, Eusébio e A. M. Paula, todas na Rua Direita (actual Rua Conselheiro Bivar); Alexandre, na Praça D. Francisco Gomes; Domingos Arouca, na Rua Ivens; Bandeira & Ramos, na Rua D. Francisco Gomes; e Basílio & Teixeira e Associação dos Artistas, ambas na Rua de Santo António.

Voltando ao plano político, começaremos por referir que nem os monárquicos estavam dispostos a considerar-se definitivamente arredados nem os «beneméritos da Pátria» se mantiveram unidos por muito tempo, demonstrando que nem sempre as forças que aglutinam durante a oposição servem para continuar a agregar quando se toma o poder.

Enquanto um bravo cabo de guerra, que se cobrira de prestígio na luta ultramarina e que, por isso, fora distinguido pelo novo regime como «benemérito da Pátria» passava a fronteira para do lado de lá constituir um simulacro de exército monárquico de libertação, os políticos republicanos arremetiam uns contra os outros logo que foram eleitas as Constituintes.

De qualquer desses eventos sentimos reflexos evidentes.

É assim que encontramos referências várias à primeira conspiração de Paiva Couceiro, cuja presença em Ayamonte, numa visita em que a princípio se julgara que fora acompanhado de João Franco, motivou a deslocação ao Algarve de muitos polícias de Lisboa e de muitos algarvios àquela localidade andaluza.

As actividades do «capitão-fantasma» e mormente uma carta em cifra que enviu ao tenente Alberto Soares e que foi interceptada, motivaram a prisão em Faro (no hotel Madalena) e na Praia da Rocha (no hotel Viola) de quatro presumíveis conspiradores, que foram transferidos para Lisboa.

No Algarve, como no resto do País, e a exemplo do que corre quase sempre em circunstâncias de excepção, apareceram uns valentes denunciadores, que não se coíbiavam de, para satisfação de vinganças pessoais, indicar à polícia, como conspiradores pacatos cidadãos que nada tinham que ver com as práticas contra-revolucionárias do «lunático» Paiva Couceiro. Só que naquela conjuntura, isto é, em 1911, muitos denunciadores infundados foram a tribunal e estagiaram nos calabouços.

## 9.

---

Depois da denúncia da conspiração monárquica apareceram, como já se disse, as denúncias gratuitas, quantas vezes partindo de sectores que deveriam ser os últimos a falar, pelo conhecimento que tinham dos factos.

Concretamente, o Conselheiro Ramires, figura grada do progressismo regional, foi acusado de ter na sua fábrica de conservas, em Vila Real de Santo António, um depósito clandestino de armas, denúncia feita por mais de 300 pessoas, que reclamavam do administrador do concelho uma busca criteriosa às instalações fabris. E entre a multidão encontravam-se muitos operários do Conselheiro, pessoas que pelo seu acesso ao local estariam,

à partida, em melhores condições do que quaisquer outras para atestar da verdade ou não dos factos imputados.

Mas a pretendida busca não foi feita, porque nenhum dos trezentos denunciantes assumiu oficialmente a responsabilidade dos boatos.

Antes de proseguirmos, e visto que não se trata de matéria com que nos defrontemos diariamente, vamos fazer uma breve recapitulação do que foi o pulsar político dos primeiros tempos da República, por forma a que mais facilmente enquadremos referências posteriores.

O grande esteio do nosso republicanismo, o Partido Republicano Português (PRP), que vinha a afirmar-se desde 1870 e que conseguiu, em 1878, no reinado de D. Luís, o seu primeiro deputado, Rodrigues de Freitas, eleito pelo Porto — averbou em 1903 uma adesão notável: a do Dr. Bernardino Machado, prestigioso regenerador.

Com a implantação da República coube ao PRP a constituição do Governo Provisório, elenco em que, sob a presidência simbólica de Teófilo Braga, pontificavam António José de Almeida, Brito Camacho, Afonso Costa e Bernardino Machado, políticos a quem foram confiadas as pastas do Interior, Fomento, Justiça e Estrangeiros, respectivamente. A breve trecho tais personalidades incompatibilizaram-se, vindo a seguir caminhos diferentes, que levariam à constituição de vários partidos: Afonso Costa, apoiando a candidatura de Bernardino Machado à presidência da República, tinha por seu lado a maioria do PRP e o jornal «Mundo» e liderava a facção que viria a ficar conhecida por Partido Democrático, enquanto António José de Almeida, com a «República», e Brito Camacho, com a «Luta», ainda que coligados para tentar elevar Manuel de Arriaga à suprema magistratura nacional, o que conseguiram, haviam de ser os líderes do Partido Evolucionista e da União Republicana, agrupamentos que haviam de fundir-se no Partido Liberal Republicano quando, em 1919, os chefes evolucionista e unionista se retiraram da política activa.

Antes, porém, tinha-se registado uma cisão nas hostes evolucionistas, surgindo o Partido Centrista (1916), embrião do que viria a ser o Partido Nacional Republicano, frente popular que, em 1917/1918, serviria de suporte a Sidónio Pais.

A todos estes há ainda que somar o Partido Reformista, agrupamento fundado em 1911 por Machado Santos, que contava com um outro órgão de informação — o «Intransigente».

Foi nesta conjuntura que Brito Camacho e António José de Almeida conseguiram eleger Manuel de Arriaga (1911-1915), que, para travar a crescente influência de Afonso Costa, arredou da área do poder, até 1913, as individualidades que tinham pertencido ao Governo Provisório, sendo, entretanto, a governação confiada a gabinetes de coligação almeidista/camachista (João Chagas, Augusto de Vasconcelos e Duarte Leite).

Esta fase é saudada pelo «O Algarve», que no dia 27 de Agosto de 1911 se referia aos dois factos políticos mais relevantes da temporada — a aprovação da Constituição («diploma que honra a Assembleia Constituinte») e a eleição de Manuel Arriaga («uma boa alma, um carácter imaculado, um espírito conciliador»).

Condenando, embora, o radicalismo de Teófilo Braga e de Afonso Costa, o jornal (10.9.1911) aplaudia o trabalho do Governo Provisório — «trabalho de alta previdência governativa» — ao mesmo tempo que

saudava o novo Governo e de maneira especial o titular da Justiça, o Dr. Diogo Leote, natural de Albufeira.

No mesmo número em que dava conta da nomeação do novo executivo informava que Zacarias José Guerreiro apresentara a sua exoneração de Governador Civil de Faro, cargo em que lhe sucederia Júlio César Rosalis, empossado no dia 26 dessa mês.

Pouco depois comemorava-se o 1.º aniversário da implantação da República, facto que foi muito festejado na cidade de Faro.

## 10.

---

No primeiro aniversário da República, Faro, despertada pela Banda do Recreatório João de Deus, foi exuberantemente percorrida por grupos de rapazes que tocavam instrumentos de corda, lançavam foguetes e soltavam vibrantes saudações.

As 11 horas foi feita uma salva de 21 morteiros, seguindo-se conferências no Teatro Circo e no tombadilho da Corveta Palmela e um desfile pelas ruas da cidade, acto em que se incorporaram «muito povo, autoridades, estudantes, militares de mar-e-terra e associações operárias».

Finalmente, à noite, tinham-se verificado iluminações «nos prédios oficiais e em quase todos os particulares» e a cidade fora novamente percorrida pela tuna.

Sobre as comemorações da implantação da República achámos interessante acompanhar o tratamento noticioso que ao longo do tempo lhe foi dispensado, tendo verificado que o entusiasmo inicial foi decrescendo. Assim, em 1912, no próprio dia em que a efeméride se assinalava o jornal, para além de dar publicidade ao programa, dedicava-lhe o seu artigo de fundo em que se referia, nomeadamente, ao 5 de Outubro como «Solene dia em que a nação portuguesa celebra em festa o facto glorioso da proclamação da República»

No dia 12 de Outubro «O Algarve» dedicou quase uma coluna da primeira página ao relato das cerimónias, que consistiram em:

- salva de morteiros e alvorada pela Filarmónica de Alcantarilha;
- sessão solene, nos Paços do Concelho, sob a presidência do Governador Civil;
- distribuição de bодо a duzentos pobres (pão, 500 gramas de arroz, 250 gramas de carne e 125 gramas de toucinho, a cada);
- festa desportiva, na Alameda;
- marcha «aux flambeaux» pelas ruas da cidade;
- queima de fogo de artifício na doca e concerto, no coreto do jardim, pela Filarmónica de Alcantarilha.

Em 1921, no seu número de 9 de Outubro, o jornal dedica apenas nove linhas ao «5 de Outubro», informando: «Comemorando o aniversário da proclamação da República uma comissão de membros da Guarda Nacional Republicana promoveu no seu quartel festejos abrilhantados pela

banda de Infantaria 4. A comissão enviou-nos para distribuir-nos pelos nossos pobres seis senhas de um budo, o que muito agradecemos».

Em onze anos, em muitos dos quais nem sequer vislumbrámos referência ao «solene dia», desceu bastante o entusiasmo à volta do 5 de Outubro pelo menos ao nível da informação local.

Talvez que o ardor revolucionário tenha decrescido à medida que as pessoas se foram desencantando com a actuação do novo regime político, de vida muito atribulada como parece ficar demonstrado pelo grande número de actos eleitorais verificados até 1925, inclusive.

Naquele lapso de tempo, e sem considerarmos a suplementar de 1913, tiveram lugar nove eleições legislativas (1911, 1912, 1913, 1915, 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925), de que resultaram 1 417 deputados eleitos, a maioria dos quais (610) pertencentes ao Partido Democrático que participou em quase todos os actos eleitorais (à excepção das eleições de 1918).

A título de elucidação, damos seguidamente uma relação dos partidos concorrentes e dos lugares conquistados:

Partido Republicano Evolucionista — 5 presenças — 175 deputados.

União Republicana — 5 presenças — 118 deputados.

Partido Liberal Republicano — 2 presenças (1921 e 1922) — 112 deputados.

Independentes — 9 presenças (de 1911 a 1925) — 97 deputados.

## 11.

---

Portugal teve de 1910 a 1926 quarenta e cinco governos, predominantemente Democráticos, o que dá uma média de quatro meses por governo, tendo contribuído para tal instabilidade, entre outros factores, a excessiva interferência do Parlamento em todos os aspectos da vida governativa, chegando ao ponto de fazer cair vinte executivos por autênticas ninharias<sup>(3)</sup>.

Tal instabilidade teria de reflectir-se necessariamente ao nível do Algarve, o que transparece nas páginas do decano da Imprensa Regional. É ali que encontramos referências sucessivas aos governadores civis, cujas nomeações e exonerações poderão reflectir, em certa medida, aquela instabilidade.

O primeiro daqueles magistrados administrativos, após o 5 de Outubro, foi Zacarias José Guerreiro, de Tavira, militante que já antes da implantação do novo regime se apresentara como candidato republicano a deputado.

Empossado em 9.10.1910, *Zacarias Guerreiro* era substituído em 26 de Setembro do ano seguinte por *Júlio César Rosalis* (havia ancs residente em S. Brás).

Curiosamente (ou talvez não) o diploma de nomeação de *Júlio Rosalis* coincide no tempo com a entrada em funções de um dos primeiros Governos nomeados por Manuel de Arriaga, cuja eleição, patrocinada pelo Bloco conservador de António José de Almeida e Brito Camacho, fez eclipsar,

ainda que passageiramente, a hegemonia dos Democráticos de Afonso Costa e Bernardino Machado.

Empurrado a pedir a exoneração por um acto arbitrário de um algarvio, o Ministro do Interior, Dr. Silvestre Falcão, Júlio Rosalis foi substituído, em Abril de 1912, pelo *major Paulino de Andrade*, que, por seu turno, sendo promovido, optou por um lugar na G.N.R., deixando o Governo Civil em Novembro do mesmo ano.

Vago durante certo tempo o lugar é assegurado pelo secretário-geral do Governo Civil, dr. José Vaz Aboim, até que, regressado Afonso Costa às cadeiras do Poder, foi nomeado, em 26. Janeiro. 1913, o *dr. Adelino Furtado*, que, na apresentação d'O Algarve, era: «hábil e distinto advogado em Lisboa, antigo republicano e devotado apóstolo do livre pensamento».

Quando o Governo caiu o dr. Adelino Furtado apresentou a demissão, a qual só viria, porém, a ter seguimento quando, em 12 de Abril de 1914, o Governo de Bernardino Machado nomeou o *dr. Francisco da Silva Lino Gameiro*, funcionário superior da Direcção Geral de Assistência.

Apesar de «desconhecido nesta cidade e Província», que foi a forma como «O Algarve» o apresentou, o dr. Lino Gameiro levou muito a peito os interesses da província, vindo a demitir-se quando, cinco meses depois da posse, verificou que não conseguia que os ministérios solucionassem minimamente os graves problemas regionais.

Decorreu um largo período em que abundaram as recusas de várias personalidades indigitadas para o lugar, até que finalmente, em 21 de Fevereiro de 1915 era nomeado o *dr. Mesquita de Carvalho*, juiz de Direito da Comarca de Sintra. Tal nomeação deu-se no Governo ditatorial de Pimenta de Castro, em cujo elenco figurava, como ministro das colónias, um algarvio — o lagoense Teófilo da Trindade (então coronel). Caído o Governo de Pimenta de Castro, por revolução de 14 de Maio, que arrastou, como os leitores sabem, a queda do Presidente da República dr. Manuel de Arriaga, também o governador civil era substituído, sendo agora empossado um farenses — o *dr. Joaquim da Ponte* — conservador do Registo Civil e antigo deputado.

Parece ter ficado bem documentada a dança dos governadores de que encontramos sete para um período útil que provavelmente nem atingirá cinco anos.

## 12.

---

Em 30 de Maio de 1926 «O Algarve» dava conta da movimentação política republicana local, onde os partidários do Partido Democrático tinham perdido a sua influência, que passara a ser exercida pelos seguidores do dr. José Domingues dos Santos, que em 1925 saíra do Partido Democrático e criara o Partido da Esquerda Democrática, e do eng.<sup>o</sup> Cunha Leal, que em princípios de 1926, em pleno congresso partidário, tinha abandonado os nacionalistas e fundado a União Liberal.

Em Maio de 1926 existiam seis facções partidárias provenientes do velho Partido Republicano. Para além das duas que já citámos, podíamos encontrar ainda o Partido Democrático, o Partido Radical, a Acção Republicana e o Partido Nacionalista (º).

A nível local a cisão no interior dos democráticos, de que resultou a formação da Esquerda Democrática, levava à necessidade de em reunião os «bonzos» e os «canhotos» («bonzos» e «canhotos» eram as designações aplicadas às alas direita e esquerda do Partido Democrático) deliberarem sobre qual das facções deveria ficar com as instalações e haveres do antigo centro republicano.

A votação foi ganha pelos partidários de Domingues dos Santos, político que naquela oportunidade visitou os seus correlegionários locais e presidiu a comícios em Loulé, Faro e Olhão.

Também Cunha Leal fez uma digressão pelo Algarve, a convite do comandante Mendes Cabeçadas Júnior, seu correlegionário, tendo então participado em várias reuniões políticas, nomeadamente no cinema de Olhão.

Analisando a política nacional, «O Algarve» considerava que só esses dois políticos — Cunhal Leal e Domingues dos Santos — eram as «duas actividades superiores destinadas a dominar e a mandar», facto que, sentenciava, havia de ocorrer em breve, «a não ser que surja outra coisa».

E o engraçado é que a «outra coisa» já tinha surgido e até era noticiada no mesmo número do jornal, que falava da revolução de 28 de Maio de 1926 interrogando-se: «Outra Revolução? Outro Fiasco?» E admirava-se de ainda haver quem desse crédito e se envolvesse naqueles «tristes pronunciamentos».

No dia 6 de Junho, para além de aparecer com uma nova inscrição na primeira página — «Visado pela Comissão de Censura» — o jornal informava de qual a composição do ministério, elenco a que presidia o louletano José Mendes Cabeçadas Júnior, e dava conta de que o capitão de Infantaria 33 Leonel Vieira fora nomeado para o cargo de Governador Civil.

Esta nomeação dava o mote para muitas outras, nomeadamente as dos administradores dos concelhos, cargos que passaram a ser exercidos por militares, à excepção de Aljezur, Castro Marim e Silves.

E a primeira sugestão que o jornal apresentava à nova comissão municipal de Faro, a que presidia o coronel Joaquim Mendes Cabeçadas, tem, atendendo à época em que foi formulada, um sabor de ficção científica.

O alvitre ia no sentido de se transformar Faro numa importante estância balnear para o que seria imprescindível construir uma via de comunicação entre a cidade e o mar. Claro que, como sempre, a ideia foi logo considerada como utópica por muitos farenses enquanto muitos outros a aplaudiram de maneira entusiástica.

Resumidamente, a proposta ligação de Faro com o mar deveria fazer-se entre um sítio a noroeste da cidade, na estrada de Sagres, onde esteve instalada uma companhia de pescarias e onde actualmente se ergue mais um «importante complexo imobiliário», e os armazéns do Ramalhete. Daqui até ao mar construir-se-ia um grande porto comercial com cais de embarque e de desembarque.

Todo este complexo, dizia-se, constituiria a saída natural para as cidades e vilas do Algarve e Baixo Alentejo, com especial relevo para os concelhos de Faro, Loulé e S. Brás de Alportel.

Para «O Algarve» a grande doca que ficaria existindo por efeito da construção da avenida de Faro ao Ramalhete seria apetrechada com monumentais turbinas, para transformar em energia eléctrica a energia das marés, ficando assim resolvido de forma simples o problema do abastecimento de electricidade aos concelhos algarvios mais directamente implicados no projecto.

Dando largas à sua imaginação, o articulista de 1926 considerava que aquela energia, além da iluminação, proporcionaria a faculdade de instalar sistemas de tracção que, servindo todas as vilas e aldeias dos três concelhos já referidos, transportariam para o porto o tráfico industrial e agrícola e para a praia os banhistas que se previa serem muitos.

Claro que como já nessa altura éramos um país de fracos recursos económicos o projecto teve o sabor de ficção. Mas nós podemos sonhar (até porque sonhar não paga imposto, por enquanto) e inventariar os meios de progresso que a implantação do que era proposto teria acarretado para o Algarve.

Mas deixando de lado estas referências ao que espíritos desajustados para a época pretendiam que fosse Faro como estância turística, preocupemo-nos com o que ocorreu nos primeiros tempos post-28 de Maio. Como os leitores sabem, o Presidente Bernardino Machado, que estava em funções desde 11 de Dezembro do ano anterior, oportunidade em que, ao segundo escrutínio averbára 148 votos em 160 possíveis, aceitou, em 30 de Maio de 1926, a demissão do Governo chefiado por António Maria da Silva e encarregou um dos chefes revolucionários — o nosso comprovinciano comandante Mendes Cabeçadas — de formar novo Ministério. No dia seguinte Bernardino Machado renunciava ao seu mandato e entregava todos os poderes ao novo chefe do Governo, que era também o titular da pasta do Interior, enquanto os dois outros triunviros — generais Gomes da Costa e Fragoso Carmona — se ocupavam, respectivamente, da Guerra e Colónias e dos Estrangeiros. Nos outros lugares figuravam: Jaime Afreixo (Marinha), Mendes dos Remédios (Instrução), Manuel Rodrigues (Justiça), Ezequiel de Campos (Agricultura) e Oliveira Salazar (Finanças).

Esta transição não foi possível sem desencontros de bastidores, pois que enquanto Mendes Cabeçadas pertencia à conspiração desde as primeiras horas, Gomes da Costa só se integrou a 25 de Maio e Carmona, que se encontrava em visita de inspecção a Elvas, tomou parte tardiamente no Movimento, mais concretamente só o fez no dia 30 de Maio (7).

Os membros da Junta cedo (mais cedo do que noutras ocasiões) se desentenderam, o que em certa medida é notório numa local de 13 de Junho. Ali criticava-se o novo Ministério pelo mar de trivialidades em que se deixara enredar em vez de «dominar a resolução dos problemas urgentíssimos que o país tem em suspenso».

A breve trecho, como veremos, os triunviros vão afastar-se.

## 14.

---

Começo hoje por uma referência, necessariamente breve, ao que foi o período da vida nacional subsequente ao movimento de 28 de Maio de 1926, referência que pode fazer falta para posterior compreensão de alguns eventos algarvios da mesma época.

Como já afirmei, o triunvirato, espécie de Junta de Salvação à moda antiga, era formado por individualidades de muito diversas proveniências, pois que enquanto o nosso comorovinciano Mendes Cabeçadas, o heróico tenente de marinha que em 5 de Outubro de 1910 comandara o cruzador S. Rafael, em 1926 estava próximo da União Liberal, de Cunha Leal, Gomes da Costa militava pouco antes no Partido Radical, a mais esquerdista das seis formações que tinham tido origem no velho Partido Republicano Português.

Por seu turno, Fragoso Carmona era um militar aristocrata que, ainda que não tivesse filiação partidária, deveria estar próximo dos Nacionalistas. Pelo menos fora Ministro da Guerra no único Governo daquele partido, efémera formação que, chefiada por Ginasta! Machado, apenas se aguentara um mês (15.11.23/18.12.23).

Aquela junta tinha todas as condições para não dar certo e, como sabem, não deu.

Primeiro, em 17.6.26, foi Gomes da Costa que deu o golpe em Mendes Cabeçadas e depois, em 9.7.26, foi Carmona que, aproveitando-se do golpe de Sinel de Cordes, General Monárquico já aqui referido, mandou Gomes da Costa para Angra, com passagem por Cascais, e, posteriormente inaugurou a moda, que pegou, de atribuir-lhe o bastão de Marechal.

Carmona, o triunviro que mais garantias dava à direita, presidiu à ditadura militar até 15.4.28, altura em que fizeram dele Presidente da República. Poucos dias depois o Coronel Vicente de Freitas formava o seu primeiro Governo (18.4.28/10.11.28), elenco em que Salazar ocupou pela segunda vez a pasta das Finanças.

Oliveira Salazar, que já na sua primeira experiência ministerial, muito curta, fora convidado por um louletano (Mendes Cabeçadas), também desta feita só acedeu participar depois de várias insistências de um outro louletano, o eng.º Duarte Pacheco, que era, por seu turno, o responsável pelo Ministério da Instrução Pública.

A influência de Salazar, que levou à inclusão de ministros seus amigos no segundo executivo de Vicente de Freitas (10.11.28/28.8.29), não cessou de crescer nos dos Generais Ivens Frazz (8.7.29/21.1.30) e

Domingos de Oliveira (21.1.30/5.7.32), culminando em Julho de 1932, quando ele próprio foi encarregado de formar gabinete, no qual integrou alguns dos seus incondicionais admiradores. Neste primeiro Governo de Salazar, Duarte Pacheco era titular das Obras Públicas.

1926 foi no Algarve um ano de fome, como o jornal então salientava, dando como índice «centenas de fábricas fechadas e um ano agrícola de miséria», afirmação de que partia para interrogar frontalmente o General Carmona — «Não acha o ilustre general que está à frente do poder que o Algarve é digno de mais considerações?» (22.8.26).

É nos números seguintes aquele semanário transcrevia integralmente uma larga exposição que as associações comerciais e industriais do Algarve tinham entregue ao Presidente do Governo e aos Ministros das Finanças, Agricultura e Marinha, documento em que se aludia à situação de crise em que a Província vivia havia mais de dois anos sem que os governantes tomassem as medidas pertinentes por andarem «preocupados em demasia com os interesses discutíveis das clientelas ou facções». No entender dos industriais e comerciantes a repentina valorização do escudo em 1924, coincidindo com a existência de grandes stocks de conservas e com uma baixa de mais de 15% nas suas cotações internacionais, estava na base das dificuldades sentidas e que eram ainda agravadas por exigências fiscais incomportáveis.

## 15.

---

Ainda que sem atingir as proporções que assumiu no Porto e em Lisboa, a revolução de 1927, a primeira contra o regime saído do movimento de 28 de Maio de 1926, também teve no Algarve amplitude digna de realce. Daí que façamos uma ligeira alteração ao plano que nos tínhamos imposto inicialmente e no âmbito do qual não se inseriam referências a acontecimentos posteriores ao movimento de 28 de Maio.

Como é natural, vamos cingir-nos essencialmente ao que «O Algarve» relatou sobre o acontecimento, relato que teve várias rectificações a que oportunamente nos referiremos.

«O Algarve», que publicou duas edições do seu n.º 983 (uma em 6 e outra em 9 de Fevereiro de 1927) e se insurgia contra o facto do movimento, «um verdadeiro crime», alterado a «secular tradição da nossa tão tranquila cidade», abria o seu relato com a indicação de que nos dias anteriores os boatos de revolução tinham sido muito insistentes detectando-se, simultaneamente, várias reuniões de «bonzos» e «canhotos» com o comité revolucionário. Segundo o jornal tais encontros ter-se-iam processado numa horta do Rio Seco e no posto de telegrafia sem fios, departamento da Armada dirigido pelo tenente Sebastião Costa.

Na manhã do dia 4 de Fevereiro, no comboio correio, chegara a Faro o «Diário de Lisboa» com a notícia da revolução no Porto e uma ordem de greve geral do comité dos ferroviários, documento que foi prontamente acatado, tendo três membrs civis do comité revolucionário — os drs. Vítor

Fonseca e Manuel Pedro Guerreiro e o professor Artur Neves — soltado vivas à revolução e ordenado ligações ferroviárias com Tavira e Vila Real de Santo António, de onde viria um comboio revolucionário com tropas, depois do que, acompanhados por Sebastião Costa, também ele membro do comité, foram a bordo da «Bengo», canhoneira surta na ria e que era comandada pelo tenente Fernandes Costa.

Entretanto, a estação era ocupada por um destacamento da Guarda Republicana a que pouco depois se juntaria um outro de Caçadores 4.

Aquele destacamento de Caçadores 4 seria prontamente anulado por uma força de marinheiros com que Sebastião Costa regressara a terra depois de uma reunião do comité a bordo da «Bengo», enquanto que os efectivos da GNR se juntavam aos revoltosos e desfilavam com eles para o seu quartel general instalado no posto de telegrafia sem fios.

Ao mesmo tempo, e ao abrigo da suspensão de garantias, o comandante militar, coronel Esquível David, tomava conta da cidade.

Por seu turno o comboio revolucionário saía de Vila Real de Santo António, sob a direcção do tenente Francisco Ribeiro (o «Patarroxa»), da Guarda Republicana, enquanto o tenente Prestes Salgueiro, da Armada, viera por terra até Tavira.

Ali, em contacto com o comité revolucionário — dr. Frederico Chagas, Zacarias Guerreiro e Francisco Entrudo — e com dois oficiais de Caçadores 4, conseguira formar uma unidade e ter acesso ao depósito de material de guerra.

Depois de ter aprisionado os soldados que estavam de guarda à estação da Fuzeta, e de ter passado sem novidade pela de Olhão, o comboio atingiu o antigo apeadeiro da Garganta, nos arredores de Faro, de onde as tropas seguiram para Santo António do Alto, onde acamparam por volta das 6 horas da tarde.

Completada a junção dos marinheiros de Sebastião Costa, dos guardas republicanos do tenente Catarino e das tropas de Vila Real e Tavira, o capitão Eduardo Santos, da Guarda Fiscal, e o seu imediato, tenente Filipe Barros, aceitaram a missão de deslocar-se como parlamentares ao comando militar para saber se as tropas ali aquarteladas aderiam ou não ao movimento, missão que resultou infrutífera já que em Caçadores 4 o comando militar declarou a sua fidelidade ao Governo e a sua disposição de repelir qualquer ataque, o que parecia difícil, na medida em que os efectivos eram muito reduzidos, sobretudo depois que tinham saído destacamentos para guarnecer várias estações ferroviárias.

## 16.

---

Definidos os campos, a artilharia da «Bengo» começou a metralhar o quartel, sobre o qual caíram cinquenta e um tiros entre as nove e meia da noite e as três da madrugada seguinte, altura em que a canhoneira se calou.

O ataque das restantes forças, feito em simultâneo com o da «Bengo» e dirigido fundamentalmente a partir de Santo António do Alto e das Hortas de S. Francisco e da Areia, terminou perto das cinco e meia da manhã, hora a que os revoltosos começaram a ser presos e internados no antigo quartel de Infantaria 33, onde, poucos dias depois, começava o levantamento dos respectivos autos.

A cabeça da lista de detidos, divulgada na noite do dia 5, figuravam os drs. Vítor Fonseca e Manuel Pedro Guerreiro, presos na «Villa Pinto», na estrada de Olhão, professor Artur Neves, capitão Eduardo Santos, tenente Francisco Catarino e J. Almeida Carrapato. Incluíam-se, ainda, 12 sargentos da GNR e de Infantaria 4 (Tavira), 58 cabos e soldados da GNR, 31 cabos e soldados de Infantaria 4 e 2 marinheiros.

Após a derrota, a «Bengo» foi visitada pelo tenente Joaquim Uva, oficial que ali foi para saber se os seus camaradas se rendiam ou não, tendo eles informado que só se entregariam em Lisboa, para onde levariam o barco.

Efectivamente, a canhoneira saiu a barra mas rumou a Vila Real de Santo António, sendo ali abandonada pelos oficiais, que se internaram em Espanha, outro tanto tendo feito o tenente Francisco Ribeiro, da secção local da GNR. Toda a guarnição daquele navio de guerra foi posteriormente transferida para Lisboa, sob prisão, a bordo do «Patrão Lopes», unidade que transportara para Vila Real de Santo António os novos efectivos da «Bengo», a qual regressaria a Faro sob o comando do tenente J. Uva.

Para além deste oficial da Armada, que, no início do movimento, provocara a inutilização temporária do potencial de fogo do «Lidador», o outro barco de guerra surto na ria de Faro, unidade do seu comando que, deste modo, não pôde ser utilizado contra Caçadores 4, foi destacada ainda a actuação os tenentes Alves de Sousa, Caetano de Sousa e Francisco Dentinho.

Enquanto o primeiro, que viria a terminar a sua carreira como general comandante da Região Militar do Sul, fora o responsável por uma boa actuação da polícia de Faro, de que era comandante, os outros dois tinham tido acção directa na luta. Assim, Caetano de Sousa dirigira, de dentro do aquartelamento, a resistência aos ataques que, do lado da via férrea, foram feitos a Caçadores 4, enquanto Francisco Dentinho defendera eficazmente a estação de correios e telégrafos, acção que foi bem seguida da redacção d'O Algarve, uma vez que a estação se situava na mesma rua, quase em frente do jornal, onde, aliás, se manteria por muitos anos mais.

Também oitenta voluntários de Infantaria 15, aquartelados em Lagos, tinham pretendido colaborar com as forças leais ao Governo.

Para tanto partiram para Faro utilizando dois camiões requisitados em Portimão à Casa Fialho. Só que quando aqui chegaram e acamparam no campo de futebol da Senhora da Saúde já começara a rendição dos revoltosos.

O tenente da Armada Sebastião Costa, considerado o chefe dos militares sublevados, só viria a ser preso na manhã do dia 9 de Fevereiro, prisão que teve lugar em Cacela, numa casa denominada a TORRE, propriedade de F. Celorico Drago, onde se deslocara uma força de sargentos de Caçadores 4.

## BIBLIOGRAFIA

- (1) — OLIVEIRA MARQUES, A. H. — História e Portugal — Vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1981, p. 46.
- (2) — VILLAVERDE CABRAL, Manuel — Portugal na Alvorada do Século XX, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 252.
- (3) — OLIVEIRA MARQUES, A. H. — A Primeira República Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 61.
- (4) — SILVA, António Maria — O Meu Depoimento, Mem Martins, Pub. Europa-América, 1981, p. 83.
- (5) — OLIVEIRA MARQUES, A. H. — A Primeira República Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 86.
- (6) — OLIVEIRA MARQUES, A. H. — História de Portugal — Vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981, p. 274.
- (7) — PABÓN, Jesus — A Revolução Portuguesa, Lisboa, Editorial Aster, s/d, p. 645.

---

Composição e Impressão:  
Tipografia União - Folha de Domingo, Lda.  
F A R O — 1989

---